O DIREITO ELEITORAL E A DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Autor(res)

Stace Liz Carneiro
Luiza Cardoso Nascimento
Luciana Calado Pena
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto
Carine Silva Diniz
Felipe De Almeida Campos
Habib Ribeiro David
Kannandha Nunes Costa
Cintia Batista Pereira
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A democracia participativa, que busca ampliar a participação dos cidadãos na tomada de decisões políticas, tem sido um tema central nos debates sobre a consolidação da democracia. No Brasil,a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º, inciso III, garante a participação popular no processo político, reconhecendo a soberania popular como fundamento do Estado. O Direito Eleitoral, por sua vez, regulamenta o processo eleitoral, estabelecendo as normas para a escolha de representantes e a organização do sistema político.A relação entre o Direito Eleitoral e a democracia participativa é complexa e exige uma análise aprofundada,,considerando os avanços e desafios para a efetivação da participação popular no processo político.Este estudo analisa como o Direito Eleitoral pode ser utilizado para fortalecer a democracia participativa, abordando temas como o orçamento participativo, o plebiscito, o referendo,a participação popular na formulação de políticas públicas e a criação de mecanismos.

Objetivo

Analisar a relação entre o Direito Eleitoral e a democracia participativa no Brasil, identificando os mecanismos legais que permitem a participação popular no processo político, avaliando a efetividade dessas ferramentas e propondo medidas para fortalecer a democracia participativa no país.

Material e Métodos

Para a realização desta pesquisa, será empregada uma metodologia multifacetada, combinando as seguintes técnicas:
* Análise de Conteúdo: A pesquisa envolverá uma análise aprofundada dos dispositivos legais que fundamentam a

democracia participativa no Brasil. Serão examinados, dentre outros, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 8.429/1992, a Lei nº 12.527/2011 e a Lei nº 10.257/2001. O objetivo é identificar as normas e diretrizes que regem a participação popular no processo político brasileiro, bem como as lacunas existentes e os desafios para sua efetiva implementação.
* Revisão Bibliográfica: Será realizada uma revisão exaustiva da literatura acadêmica pertinente, abrangendo artigos científicos, teses, dissertações e estudos de organizações da sociedade civil. O foco da revisão será a relação entre o Direito Eleitoral e a participação cidadã, buscando identificar as diversas perspectivas teóricas sobre a democracia participativa.

Resultados e Discussão

A análise dos dados coletados e a revisão bibliográfica permitirão discutir os seguintes aspectos:

- Aspectos Legais da Democracia Participativa: Analisar as normas e diretrizes existentes para a participação popular no processo político, identificando as lacunas e desafios para sua efetivação.
- Efetividade dos Mecanismos de Participação Popular: Avaliar a efetividade dos mecanismos de participação popular, como o orçamento participativo, o plebiscito e o referendo, considerando a participação real dos cidadãos, o impacto das decisões tomadas e os desafios para a sua ampliação.
- Desafios para a Democracia Participativa: Identificar os desafios para a democracia participativa no Brasil, como a falta de informação e de recursos para a participação popular, a dificuldade de acesso à informação e a influência de grupos de poder no processo político.
- Propostas para Fortalecer a Democracia Participativa: Apresentar propostas para fortalecer a democracia participativa no Brasil.

Conclusão

A conclusão do estudo apresentará uma síntese dos principais resultados da análise, destacando os avanços, desafios e perspectivas futuras para a democracia participativa no Brasil. A análise crítica dos dados e a discussão sobre a efetividade dos mecanismos de participação popular permitirão avaliar a importância da democracia participativa como instrumento para a consolidação da democracia no Brasil, bem como para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.BRASIL. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre a improbidade administrativa e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1992.BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação. Diário Oficial da União, Brasília, 2011.BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2001.ALVIM, Frederico Franco. O Direito Eleitoral como elo entre a democracia e a representação política. Revista Eletrônica EJE, n. 4, ano 4, 2023.ROCHA, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira. Democracia participativa na Constituição brasileira: uma análise crítica dos mecanismos legais de participação popular. In: Revista Brasileira de Política Pública, v. 45, n. 178, abr./jun. 2008.CARRION, José Antonio Moroni. A democracia participativa e seus desafios no Brasil: uma análise das experiências.